



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 24 de outubro de 2023

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,33% São Paulo	114.059 112.784	R\$ 5,017 (- 0,29%)	R\$ 1.320	R\$ 5,480	12,65%	12,39%	Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26
	18/10 19/10 20/10 23/10	Últimos					
		16/outubro 5,037 17/outubro 5,032 18/outubro 5,054 19/outubro 5,053					

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e Braga acenam a estados

Governo pode ampliar valor de Fundo de Desenvolvimento Regional. Relator deve protocolar texto hoje

» EDLA LULA

Na véspera da apresentação do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, concordou em elevar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), conforme sugerido pelo relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

“Vamos ampliar um pouco (o valor do fundo), em um patamar suficiente para atender o pleito. O importante é votar a reforma agora”, disse Haddad, após o encontro com o parlamentar, que ainda sinalizou alíquota diferenciada do novo imposto para profissional liberal.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) apresentou para Braga um estudo apontando a necessidade de ampliação do fundo, de R\$ 40 bilhões aprovado pelos deputados, para algo de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões.

Braga sinalizou que o debate sobre o FDR, a ser criado para estimular o desenvolvimento econômico devido ao fim de incentivos fiscais, deverá se estender para além da apresentação de seu relatório, amanhã. “Há uma proposta e uma contraproposta em andamento. Se até amanhã à noite não houver entendimento, vamos apresentar uma proposta que já foi consolidada com o governo.” Nem Braga nem Haddad revelaram os valores em discussão.

“Seis por meia dúzia”

Enquanto senadores estão inseguros quanto aos benefícios das reformas para os estados, especialistas temem que a nova reforma possa significar apenas a “troca de seis por meia dúzia”, do ponto de vista da complexidade e da insegurança jurídica características do atual sistema tributário brasileiro.

Braga pretende protocolar o relatório da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na noite de hoje, ficando a leitura para amanhã à tarde. A votação na comissão está prevista para 7 de novembro, considerando que haverá pedido coletivo de vistas na apresentação. Para a matéria ser aprovada no plenário da Casa, são necessários pelo menos 49 votos favoráveis.

Reprodução/Eduardo Braga Flickr



Eduardo Braga (MDB-AM), após encontro com ministro da Fazenda, Fernando Haddad: alíquota diferenciada para o profissional liberal

» Nomes de novos diretores do BC

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar, nesta semana, mais dois escolhidos para integrar a diretoria do Banco Central. Haddad disse que apresentou os nomes ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reunião realizada ontem, para que o senador soubesse de antemão sobre o perfil dos indicados, que já têm o aval de Lula. Os mandatos dos diretores de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado, e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Maurício Moura, terminam em dezembro deste ano.

“A proposta seria criar dois tributos (CBS e IBS) para substituir cinco (PI, PIS/Cofins, ICMS e ISS). Mas com tantas alíquotas diferentes, a reforma troca os cinco atuais por quatro ou cinco. Ou seja, troca seis por meia dúzia. É mais do mesmo”, disse o tributarista e vice-presidente da InvestBrasil, Lúcio Bastos. Para ele, existe o “agravante” da ausência de regulamentação da PEC. “Quando vemos a proposta, o que mais se vê é a indicação de que os artigos serão regulamentados por lei complementar. Essa insegurança permanecerá por pelo menos dois anos, até a votação dessas leis infraconstitucionais”, observou.

A advogada tributarista, Andressa Saizaki, coordenadora do escritório Vernalha Pereira, especializado em infraestrutura, reforçou ainda que há inúmeras lacunas que podem impactar diretamente o setor de Infraestrutura do país, ocasionando, além

da judicialização, o aumento tarifário aos usuários. Ela destacou a questão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de longo prazo, que podem chegar a 35 anos. “Esses contratos são baseados em uma equação econômico-financeira, que precisa de um equilíbrio para que sejam perenes no tempo e não fiquem oscilando, gerando discussões judiciais.”

Pauta congestionada

A pauta econômica no Congresso foi assunto de reunião também entre Haddad, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Além da reforma tributária, o governo trabalha para aprovação hoje, na Câmara, do

projeto de lei que taxa as grandes fortunas, com mudanças na tributação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos. “O ambiente que nós temos na Câmara é o mais positivo possível, inclusive foi firmado um acordo em conjunto com os líderes da base e da oposição para votação nesta semana”, disse Padilha, ao término da reunião.

Outra proposta que o governo quer ver deslançar é a que altera as regras de tributação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de subvenções de custeio e investimento. A matéria tramitava na Medida Provisória 1.185, mas por um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o governo teve que convertê-la em projeto de lei. O texto foi encaminhado com pedido de urgência ontem à noite.

MERCADOS

Petrobras desaba ao mudar estatuto

» FERNANDA STRICKLAND
» RAFAELA GONÇALVES

Após a Petrobras anunciar ao mercado que pretende mudar o estatuto social, as ações da companhia fecharam o pregão de ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), em quedas de 6,61%, nas preferenciais (sem direito a voto mas com prioridade no recebimento dos dividendos), e de 6,03%, nas ordinárias (com direito a voto), fazendo o Índice Bovespa (Ibovespa) registrar a quinta queda consecutiva.

As perdas em um único dia no valor de mercado da Petrobras ultrapassaram R\$ 30 bilhões. As modificações ainda serão submetidas à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que será convocada oportunamente.

O valor de mercado da companhia caiu de R\$ 515,7 bilhões para R\$ 483,4 bilhões, registrados na semana passada; ou seja, R\$ 32,3 bilhões. A perda equivale ao valor da Engie Brasil, empresa do setor energético avaliada em R\$ 33 bilhões, apontou o consultor financeiro Einar Rivero. Na última quarta-feira, a Petrobras atingiu o recorde histórico em valor de mercado, alcançando R\$ 525,1 bilhões, resultado impulsionado pela alta no preço do barril do petróleo devido ao conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

Pressionado pelo tombo da Petrobras, o Ibovespa fechou com queda de 0,33%, aos 112.784 pontos. O índice passou toda a sessão próxima aos 113 mil pontos, mas não conseguiu segurar a marca. Na máxima do dia, chegou a 113.679 pontos.

Entre as modificações propostas pelo conselho da companhia, controlada pela União, estão a criação da reserva de remuneração que tem como objetivo “assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, suas antecipações, recompras de ações autorizadas por lei, absorção de prejuízos e, como finalidade remanescente, incorporação ao capital social”.

A segunda mudança é a retirada do estatuto da regra que proíbe a indicação de pessoas politicamente expostas para cargos de senior management e do conselho — uma regra implementada com a Lei das Estatais para evitar intervenções políticas. A alteração acontece uma semana depois de o deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP) ter entrado com uma ação popular pedindo o afastamento de três conselheiros, argumentando que as indicações não seguem o estatuto.

Projeções

Economistas do mercado financeiro voltaram a reduzir as projeções para a inflação pela segunda semana consecutiva. Conforme os dados do boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o fim do ano passou de 4,75% para 4,65%, abaixo do teto da meta, de 4,75%. Para 2024, a expectativa passou de 3,88% para 3,87%. A redução das expectativas ocorreu após a Petrobras reajustar os combustíveis nas refinarias, no sábado (21). O litro da gasolina teve redução de R\$ 0,12 e o do diesel subiu R\$ 0,25.

CONCURSO

Senado aprova 740 novas vagas no STM

» YASMIN RAJAB

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal, aprovou o Projeto de Lei 3.535/2023, que cria 740 cargos no Superior Tribunal Militar (STM). A proposta inclui cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas. O texto, aprovado na última quarta-feira (18/10), recebeu relatório favorável e sem emendas do senador Humberto Costa (PT-PE).

O projeto prevê a criação de 240 cargos de provimento distribuídos entre 149 analistas judiciários e 91 técnicos judiciários. Além disso, 97 cargos em comissão e 403 funções comissionadas. O texto segue para análise no plenário. Também foi aprovado um requerimento de urgência, do próprio senador Humberto Costa, que, caso seja aprovado, dispensa prazos e formalidades para a matéria seguir em frente.

O último concurso do STM foi realizado em 2017, sob organização do antigo Cespe, atual Cebraspe. O edital ofertou 42 chances de provimento imediato de nível médio e superior, e formação de cadastro reserva. Os salários variavam de R\$ 6.708,53 a R\$ 11.006,83.

Estudos da Caixa

A Caixa Econômica Federal informou que está realizando estudos para a realização de um novo

concurso público, previsto para ser aberto em 2024. A informação foi repassada à equipe do Papo de Concurseiro. A instituição não informou a quantidade de oportunidades previstas para serem ofertadas e nem as carreiras.

O último concurso da Caixa ocorreu em 2021, sob organização da Fundação Cesgranrio. O certame ofertou 1.100 vagas, divididas entre diversos estados do Brasil. Na época, o salário inicial era de R\$ 3 mil, para uma carga horária semanal de 30h.

» Lira: prioridade na pauta verde

Com a pauta verde sendo uma das prioridades para o semestre, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que somará esforços para avançar nos projetos relacionados à energia renovável, como o projeto de lei do Combustível do Futuro, enviado pelo Executivo. “Pretendemos que seja um marco regulatório avançado para consolidar o espaço do etanol como combustível do futuro”, disse Lira, ontem, em evento em São Paulo.